

ENEZA EMPREENHIMENTOS E CONSTRUÇÃO LTDA-ME

RUA LUIS LOURENÇO DE LIMA, 615, CENTRO, DIVINO-MG, CEP 36.820-000

(32) 99928-5989

venezaempreendimentosltda@gmail.com

LUIS FERNANDO
OLIVEIRA

SILVA:13675200612

Assinado de forma digital por LUIS

FERNANDO OLIVEIRA

SILVA:13675200612

Dados: 2023.05.25 13:17:07 -03'00'

1

**ILUSTRÍSSIMO SENHOR PREFEITO DA PREFEITURA MUNICIPAL
DE DIVINO DO ESTADO DE MINAS GERAIS**

**AOS CUIDADOS DO SENHOR PRESIDENTE
DA COMISSÃO DE LICITAÇÃO PERMANENTE
DA PREFEITURA MUNICIPAL DE DIVINO.**

DIVINO, 25 de maio de 2023.

**REF: PROCESSO LICITATÓRIO Nº 063/2023 – TOMADA DE
PREÇOS Nº 003/2023**

ENEZA EMPREENHIMENTOS E CONSTRUÇÕES LTDA-ME,
inscrita no CNPJ sob o nº 50.349.879/0001-50, COM ENDEREÇO
LOCALIZADO NA RUA LUIZ LOURENÇO DE LIMA, LOJA A, CENTRO,
DIVINO-MG, CEP: 36820-000, neste ato representada Pelo Diretor LUIS
FERNANDO OLIVEIRA, CPF:136.752.006-12, qual outorgou poderes
através de procuração publica constante nos anexos ao procurador
Fernando Alves da Silva, CPF: 021.053.917.88, **neste ato** regularmente

representado por seu Sócio Proprietário **Fernando Alves da Silva, Brasileiro, Casado, Empresário, este inscrito no CPF sob o nº 021.053.917-88**, em atendimento ao disposto no Edital de Tomada de Preços 003/2023, prazos recusais e do direito de interpor recursos, **vem respeitosamente interpor:**

RECURSO ADMINISTRATIVO

em face da r. Comissão de Licitação da Prefeitura Municipal de Divino-MG, em julgamento do processo licitatório nº 063/2023, TP 003/2023, ocorrido em 18/05/2023.

DA TEMPESTIVIDADE

Preliminarmente, salienta –se que nos termos do artigo 5º da Constituição Federal, em seu inciso XXXIV, assegurado e o direito de petição ao Poder Público para todos – sendo este mais um direito fundamental e essencial para o licitante.

Artigo 5º (...)

XXXIV – são a todos assegurados, independentemente do pagamento de taxas:
a) o direito de petição aos Poderes Públicos em defesa de direitos ou contra ilegalidade ou abuso de poder;
b) a obtenção de certidões em repartições públicas,

para defesa de direitos e esclarecimento de situações de interesse pessoal; (grifo nosso)”

O prazo para interpor um recurso administrativo em licitação é de 5 dias úteis, a contar da data da intimação, do envio de todos os documentos apresentados pelos concorrentes ou da lavratura da ata nos casos específicos, conforme o legislado pelo Capítulo V – DOS RECURSOS ADMINISTRATIVOS, da Lei de Licitações, 8.666/1993, mais especificamente em seu artigo 109:

3

“Art. 109. Dos atos da Administração decorrentes da aplicação desta Lei cabem:

I – recurso, no prazo de 5 (cinco) dias úteis a contar da intimação do ato ou da lavratura da ata, nos casos de:

- a) habilitação ou inabilitação do licitante;**
- b) julgamento das propostas;**
- c) anulação ou revogação da licitação;**
- d) indeferimento do pedido de inscrição em registro cadastral, sua alteração ou cancelamento;**
- e) rescisão do contrato, a que se refere o inciso I do art. 79 desta Lei;**
- f) aplicação das penas de advertência, suspensão temporária ou de multa;”**

No caso em tela, o julgamento ocorreu em 18 de maio de 2023, iniciando o prazo recursal na data da intimação, que conforme entendimento da Comissão se dá através do e-mail, em virtude da não intimação nesta formalidade indicando o prazo inicial para recorrer.

De modo que, o prazo para interpor recurso não decorreu para a empresa **ENEZA EMPREENHIMENTOS E CONSTRUÇÕES LTDA-ME**.

Demonstrada, portanto, a tempestividade do presente Recurso.

4

1. DAS RAZÕES DO RECURSO

Em respeito aos Princípios básicos da Constituição Federal/1988, Princípios da Dignidade da Pessoa Humana, Contraditório e Ampla Defesa, e necessária a **reforma da decisão para a inabilitação de concorrentes que não atenderam os requisitos do edital em sua integridade devidos os fatos expostos a seguir:**

Vejamos enunciado da sumula 473 do STF :

“A administração pode anular seus próprios atos, quando eivados de vícios que os tornam ilegais, porque deles não se originam direitos; ou revogá-los, por motivo de conveniência ou oportunidade, respeitados os direitos adquiridos, e ressalvada, em todos os casos, a apreciação judicial.”

Vejamos Lei Federal:

“LPA - Lei nº 9.784 de 29 de Janeiro de 1999

Regula o processo administrativo no âmbito da Administração Pública Federal.

Art. 53. A Administração deve anular seus próprios atos, quando eivados de vício de legalidade, e pode revogá-los por motivo de conveniência ou oportunidade, respeitados os direitos adquiridos.”

5

Como já defendido, a administração pública nesse ato representado pelo prefeito da prefeitura Municipal de Divino adotam de legislação e princípios muitos mais restritos, com o propósito de assegurar **o Direito Público, com ênfase ao Princípio da Legalidade, devendo agir somente dentro dos limites legais**

CAUSAS DE INABILITAÇÃO QUANTO A EMPRESA NILSON ROMUALDO FREIRE

A douta comissão sempre adotou o posicionamento quanto a apresentação de todos os documentos da prova da regularidade atualização de dados, e documento dos representantes legais, fato que o CRC (certificado de registro cadastral) no referido município é documento indispensável, qual indica a regularidade do licitante perante o município, qual possui prazo de validade e deve ser emitido com no mínimo 03 (três dias) de antecedência.

Dito isso, qualquer empresa em desacordo com esse requisito, visto que a ausência de documento no envelope impossibilita a

verificação do prazo de validade do referido documento e ate mesmo se foi emitido com a antecedencia minima exigida para a participação do certame do dia 18/05/2023.

Em discordancia com o edital tambem deixou de apresentar a declaração de concordancia com o edital, tornando certa a causa de inabilitação

6

Sendo esta a situação da empresa **NILSON ROMUALDO FREIRE**, devendo esta ser inabilitada diante os fatos argumentados devido a ausencia dos referidos documento na documentação de habilitação.

Tais fatos ferem o PRINCIPIO CONSTITUCIONAL DA LIVRE CONCORRÊNCIA, vejamos que o art. 170 da Constituição Federal estabelece os princípios da atividade econômica, preconizando no caput que:

Art. 170. A ordem econômica, fundada na valorização do trabalho humano e na livre iniciativa, tem por fim assegurar a todos existência digna, conforme os ditames da justiça social, observados os seguintes princípios:

[...] IV – livre concorrência[3]

São nove os princípios constitucionais da ordem econômica: soberania nacional, propriedade privada, função social da propriedade, o já transcrito acima princípio da livre concorrência, defesa do consumidor, defesa do meio ambiente, redução das desigualdades regionais e sociais, **busca de pleno emprego e tratamento favorecido para as empresas**

de pequeno porte constituída sob as leis brasileiras e que tenham sua sede e administração no país.

7

Estes princípios foram expressamente previstos na Constituição Federal **com o fim de promover a justiça social, preservar a dignidade humana e o bem-estar-social, integrando esses valores ao desenvolvimento econômico produzido pela iniciativa privada dentro de uma ótica capitalista e de liberdade de exercício de atividade econômica.**

Ou seja, a douta comissão de licitação deve decidir pela permanência das empresas aptas que não sofrerem impugnações, visto que esta segue todas as exigências legais para a permanência no processo licitatório.

Ademais a administração Pública deve agir seguindo os ditames legais princípios basilares do Direito público:

“A escolha da proposta será processada e julgada em estrita conformidade com os princípios básicos da Legalidade, da Impessoalidade, da Moralidade, da Igualdade, da Publicidade, da Probidade Administrativa, da Vinculação ao Instrumento Convocatório, do Julgamento Objetivo e dos que lhes são correlatos.” [5]

CAUSAS DE INABILITAÇÃO QUANTO A EMPRESA
MENDES CONSTRUÇÕES LTDA - CNPJ:
28.585.882/0001-13

8

Das causas de inabilitação a não comprovação do seu regime tributário e uma destas, a empresa que possua capital social acima do estabelecido no limite de micro-empresa ou empresa de pequeno porte deve oferecer provas aptas a demonstrar seu regime, mesmo que não prevista no edital, a apresentação de Certidão simplificada e requisito hábil a demonstrar seu enquadramento e se preenche os requisitos descritos na declaração de micro empresa exigida no edital, visto que o capital é superior conforme declara o QSA da empresa R\$:500.000,00, devendo por estes fatos em vista as divergências apresentadas ser inabilitada.

CAUSAS DE INABILITAÇÃO QUANTO A EMPRESA
VASCONCELOS COPARI ENGENHARIA E
CONSTRUÇÕES LTDA – CNPJ: 35.692.634/0001-37

O CRC (certificado de registro cadastral) no referido município é documento indispensável, qual indica a regularidade do licitante perante o município, qual possui prazo de validade e deve ser emitido com no mínimo 03 (três dias) de antecedência.

Dito isso, qualquer empresa em desacordo com esse requisito, visto que a ausência de documento no envelope impossibilita a verificação do prazo de validade do referido documento e até mesmo se foi emitido com a antecedência mínima exigida para a participação do certame do dia 18/05/2023, nestes termos, deve ser inabilitada, a licitante VASCONCELOS COPARI ENGENHARIA E CONSTRUÇÕES LTDA – CNPJ: 35.692.634/0001-37 nos mesmos termos que foi inabilitada a empresa **NILSON ROMUALDO FREIRE, conforme destacado mais acima.**

CAUSAS DE INABILITAÇÃO QUANTO A
EMPRESA PLATINUM CONSTRUTORA
INCORPORADORA E COMÉRCIO LTDA

Para qualquer atividade do ramo de construção não basta a capacidade técnica do engenheiro, a empresa deve ter em seu CNPJ no campo objeto social, a descrição das atividades desempenhadas, ou certidão da junta comercial com a inclusão da DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS, qual não consta previsão qual atenda requisito do edital qual seja realização de “FUNDAÇÃO DA OBRA”, estando ausente tal enquadramento para tal atividade, devendo ser inabilitada.

DOS PEDIDOS

- a) Seja reformada a decisão para inabilitação das empresas descritas neste recurso pelos fatos e argumentos apresentados.
- b) Seja somente a empresa **ENEZA EMPREENDIMENTOS E CONSTRUÇÕES LTDA-ME**, habilitada a prosseguir para a fase de abertura das propostas.

Nesses termos,

Pede e espera deferimento.

Divino/MG, 25 de maio de 2023.

**LUIS FERNANDO
OLIVEIRA
SILVA:13675200612**

Assinado de forma digital por
LUIS FERNANDO OLIVEIRA
SILVA:13675200612
Dados: 2023.05.25 13:14:35 -03'00'

ENEZA EMPREENDIMENTOS E CONSTRUÇÕES LTDA-ME
CNPJ: 50.349.879/0001-50



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA

NÚMERO DE INSCRIÇÃO 28.585.882/0001-13 MATRIZ	COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL	DATA DE ABERTURA 05/09/2017
---	---	--------------------------------

NOME EMPRESARIAL MENDES CONSTRUCOES LTDA	
---	--

TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA) MENDES CONSTRUCOES	PORTE ME
--	-------------

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL 41.20-4-00 - Construção de edifícios

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS 41.10-7-00 - Incorporação de empreendimentos imobiliários 42.12-0-00 - Construção de obras de arte especiais 42.13-8-00 - Obras de urbanização - ruas, praças e calçadas 43.11-8-01 - Demolição de edifícios e outras estruturas 43.21-5-00 - Instalação e manutenção elétrica 68.10-2-01 - Compra e venda de imóveis próprios 71.11-1-00 - Serviços de arquitetura 71.12-0-00 - Serviços de engenharia 71.19-7-03 - Serviços de desenho técnico relacionados à arquitetura e engenharia
--

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA 206-2 - Sociedade Empresária Limitada
--

LOGRADOURO R SAO DIMAS	NÚMERO 285	COMPLEMENTO SALA A
---------------------------	---------------	-----------------------

CEP 36.884-216	BAIRRO/DISTRITO DORNELAS	MUNICÍPIO MURIAE	UF MG
-------------------	-----------------------------	---------------------	----------

ENDEREÇO ELETRÔNICO ATITUDEAC@YAHOO.COM.BR	TELEFONE (32) 3721-9470
---	----------------------------

ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR) *****
--

SITUAÇÃO CADASTRAL ATIVA	DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL 05/09/2017
-----------------------------	--

MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL

SITUAÇÃO ESPECIAL *****	DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL *****
----------------------------	------------------------------------

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 1.863, de 27 de dezembro de 2018.

Emitido no dia 24/05/2023 às 19:09:52 (data e hora de Brasília).

Página: 1/1

Consulta Quadro de Sócios e Administradores - QSA

CNPJ:	28.585.882/0001-13
NOME EMPRESARIAL:	MENDES CONSTRUCOES LTDA
CAPITAL SOCIAL:	R\$500.000,00 (Quinhentos mil reais)

O Quadro de Sócios e Administradores(QSA) constante da base de dados do Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ) é o seguinte:

Nome/Nome Empresarial:	WITOR CESAR DE FARIA MENDES
Qualificação:	49-Sócio-Administrador

Nome/Nome Empresarial:	WANDER LUIZ DE FARIA MENDES
Qualificação:	49-Sócio-Administrador

Para informações relativas à participação no QSA, acessar o e-CAC com certificado digital ou comparecer a uma unidade da RFB.

Emitido no dia 25/05/2023 às 14:49 (data e hora de Brasília).